

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.762 - AM (2020/0024670-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BAIANAO DE MIUDEZAS E PRESENTES LTDA**  
**ADVOGADO : JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA - AM009982**  
**AGRAVADO : ESTADO DO AMAZONAS**  
**PROCURADOR : THIAGO ARAÚJO REZENDE MENDES - AM009416**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BAIANAO DE MIUDEZAS E PRESENTES LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, assim resumido:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL REDIRECIONAMENTO EM FACE DE SÓCIOS RECURSO INTERPOSTO PELA PESSOA JURÍDICA DEFESA EM NOME PRÓPRIO DE DIREITO DE TERCEIROS ( CPC ART 18 ) ILEGITIMIDADE MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO AGRAVO INTERNO CONHECIDO MAS NÃO PROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 50 do CC, no que concerne à impossibilidade de redirecionamento da execução em nome dos sócios, uma vez que não foram cumpridos os requisitos para tanto, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Destarte, estando caracterizado alguns dos requisitos e devidamente fundamentado em posterior decisão, é cabível então, que se proceda a desconsideração da personalidade jurídica, ressalvando também o contraditório e a ampla defesa. Assim sendo, em nenhum momento houve a configuração de abuso ou qualquer outro requisito elementar para a dissolução da autonomia da personalidade jurídica, por consequência lógica, não é nada razoável a aplicação desta medida excepcional (fl. 234).

JAMAIS FORA ALEGADO, NEM MESMO COMPROVADO, O ABUSO DE PODER DOS SÓCIOS OU MESMO DESVIO DE FINALIDADE DA RECORRENTE (fl. 234).

Outrossim, a desconsideração da personalidade deve OBSERVAR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO, RAZÃO PELA QUAL OS SÓCIOS DEVERÃO SER REGULARMENTE CITADOS ANTES DE SER DETERMINADO QUALQUER ATO DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL, HAVENDO AINDA A POSSIBILIDADE DE TAL MEDIDA RESTAR INÓCUA, RETARDANDO ASSIM CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO DEVEDOR SUBSIDIÁRIO E

ATÉ PONDO EM RISCO A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO (fl. 235).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 135 do CTN, no que concerne à impossibilidade de responsabilização pessoal de sócio pelo inadimplemento de obrigação tributária da sociedade, haja vista que não foi comprovada a ocorrência de conduta dolosa, fraudulenta ou com excesso de poderes , trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nesta senda, impende ressaltar que O MERO INADIMPLEMENTO NÃO AUTORIZA O REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL, POSTO QUE A FAZENDA PÚBLICA DEVE APURARA RESPONSABILIDADE DO SÓCIO EM SEDE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL SUJEITO AO CONTRADITÓRIO, para que então possa afirmar a existência inequívoca de liame entre condutas supostamente ilícitas e inadimplemento tributário, com a consequente inclusão do nome do responsável na Certidão de Dívida Ativa, consequentemente após estes trâmites, tornar-se-ia viabilizada o redirecionamento da execução em face do sócio, o que evidentemente não ocorreu (fl. 239).

Deste modo, incessantemente fora mencionado que em nenhum momento houve comprovação de qualquer elemento permissivo ao redirecionamento da execução na pessoa do sócio. Mesmo assim, em sede de acórdão fora ratificado o redirecionamento, o que, por si só, demonstra o desrespeito a vigência do art. 135 da Lei 5172/1966, razão pela qual não deve prosperar o acórdão recorrido, pois este claramente nega vigência ao dispositivo supramencionado. Caracterizado então, a ausência de subsunção à norma oque afasta a aplicabilidade da mesma (fl. 241).

É o relatório. Decido.

Quanto às controvérsias, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Pois bem. Da análise dos autos, extrai-se que o juízo de primeiro grau, ao deferir petição do exequente de bloqueio on-line do valor do débito sobre as contas bancárias, especificou que tal bloqueio fosse em nome da executada, ora agravante, e de seus sócios coobrigados.

A empresa executada se insurgiu apresentando o agravo de instrumento originário, o defendendo tão-somente a insuficiência dos requisitos para o redirecionamento da execução em face dos sócios.

Ao proceder a análise do recurso de agravo de instrumento (fls. 184/186), compreendi que a agravante não detinha interesse ou legitimidade para impugnar a referida decisão. Entendo que a decisão agravada merece ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Afinal, os sócios da empresa possuem personalidade jurídica distinta desta, não sendo permitida a defesa de seus interesses próprios pela pessoa jurídica da qual fazem parte. Assim, ao se limitar a impugnar a responsabilidade de seus sócios através do recurso originário, a agravante defendeu direito de terceiros, o que é vedado pelo art. 18 do CPC/2015:

[...]

Assim, resta claro que somente os sócios teriam legitimidade e

# *Superior Tribunal de Justiça*

interesse para recorrer contra o redirecionamento da execução em seu prejuízo, estando correta a decisão agravada que não conheceu do agravo de instrumento interposto pela empresa da qual fazem parte (fls. 219 e 220).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 15/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente